

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 01 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0104/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.022.083/2018-1 de 05/03/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70037 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB . DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. O não cumprimento de horário estabelecido na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. a ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 17 de maio de 2.018

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

João tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 01 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0105/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.992/2017-1 de 29/05/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51404 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB . DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. O não cumprimento de horário estabelecido na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. a ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 17 de maio de 2.018

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

João tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 01 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0106/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.369/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0059 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB . DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO Nº 107848. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. O não cumprimento da notificação, providenciar reparo no motor configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo V, código “a”. a ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 17 de maio de 2.018

Elías Correia Pedrozo

Conselheiro Relator

João tito Schenini Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 01 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0107/2018

Conselheiro Relator: ***Elías Correia Pedrozo***

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.372/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0062 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB . DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO Nº 108710. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. O não cumprimento da notificação, providenciar conserto do farol dianteiro direito configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo V, código “a”. a ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 17 de maio de 2.018

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

João tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 07 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0108/2018

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.463/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração de Transporte nº 65010 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE COLETIVO EXERCIDO POR CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA ADMINISTRATIVA. EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. DESCRIÇÃO DE AUTUAÇÃO GENÉRICA QUE IMPOSSIBILITA A DEFESA ADMINISTRATIVA DA AUTUADA. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NÃO OBSERVADOS. RECONHECIMENTO DE NULIDADE. INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO CANCELADO.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **Reformar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Dauto Barbosa Castro Passare ; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 07 de agosto de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0109/2018

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **SMHO – SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - HOSPITAL OTORRINO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.035.811/2018-1 de 10/04/2018

Auto de Infração – Multa nº 315 – SMS – Valor: R\$ 2.492,68

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. INFRAÇÃO AO CÓDIGO SANITÁRIO E DE POSTURAS. REVELIA CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PROJETO ARQUITETÔNICO. ALEGAÇÕES DESPIDAS DE PROVAS. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA DISCIPLINANDO A CONCESSÃO DE ANISTIA. LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE DA MULTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Autuado foi alertado/notificado pela fiscalização em inspeções anteriores, onde foram constatadas as não conformidades gerais e documentos não apresentados. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Configurado o fato tipificador das condutas tidas como ilícitas pela fiscalização. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal no auto de infração lavrado.

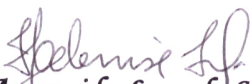
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Nicolau Jorge Budib; 2. Divalmo Pereira Mendonça; 3. Roberto Carloni de Assis; 4. Dauto Barbosa Castro Passare e 5. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

O conselheiro Deivison Rooselt do Couto se deu por impedido.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 21 de agosto de 2.018


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0110/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.022.079/2018-1 de 05/03/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70035 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. OMISSÃO DE VIAGEM, – AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Veículo omitiu a viagem prevista em Violação ao artigo da Lei. Multa. Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo a autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido.

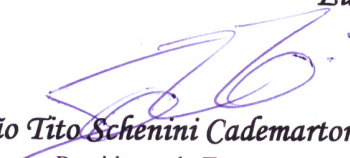
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Onofre Russo Filho; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de agosto de 2.018


Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais


Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0111/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.821/2017-1 de 01/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 2633 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. FALTA DE PLACA LATERAL DE INFORMAÇÕES. AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Veículo circulava sem a placa lateral de informações e luminoso. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo a autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Onofre Russo Filho; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de agosto de 2.018

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator

João Tito Schenini Cademartori Neto
João Tito Schenini Cademartori Neto

Presidente da Turma

Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0112/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.831/2017-1 de 01/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 2627 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. FALTA DE PLACA LATERAL DE INFORMAÇÕES. AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Veículo circulava sem a placa lateral de informações e luminoso. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo a autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Onofre Russo Filho; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de agosto de 2.018


Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator


João Tito Schenini Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais


Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0113/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.826/2017-1 de 01/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 2632 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. FALTA DE PLACA LATERAL DE INFORMAÇÕES. AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Veículo circulava sem a placa lateral de informações e luminoso. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo a autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente João Tito S. Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Onofre Russo Filho; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. João Tito S. Cademartori Neto e 6. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de agosto de 2.018

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator

João Tito Schenini Cademartori Neto
João Tito Schenini Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Rober Caio Martins Ribeiro
Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 29 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0114/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Shenini Cademartori Neto*

Recorrente: **CASA DE APOIO ESPERANÇA - CAE**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.043.449/2018-1/2018-1 de 25/04/2018

Auto de Infração – Multa nº 207 – SMS – Valor: R\$ 2.492,68

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE REITERADAS IRREGULARIDADES SANITÁRIAS. INFRIGÊNCIA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 004/1992 E DIVERSAS NORMAS DA ANVISA. RECURSO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DO AUTO DE INFRAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DO PRAZO. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não mercê ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. No presente caso, o recurso foi protocolizado 13 (treze) dias após o recebimento da notificação da decisão de 1ª instância acarretando o inevitável reconhecimento da intempestividade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário pela sua intempestividade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Reginaldo Conceição de Amorim; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 4. Elias Correia Pedrozo e 5. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

A conselheira Benedita Madaleno da Costa se deu por impedida.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Ricardo Alves dos Santos Júnior.

Cuiabá, 29 de agosto de 2.018.

João Tito Shenini Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Presidente em exercício da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Ricardo Alves dos Santos Junior
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de agosto do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0115/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Pedido de Reconsideração - Acórdão 0114/2017 - Processo nº: 0.087.506/2017-1 de 08/08/2017

Auto de Infração e Apreensão nº 048592/2016 - SMF - Valor: R\$ 1.055.179,24

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO EM FACE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 2ª INSTÂNCIA. EVIDENTE INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO. ARTS. 62 E 63 DO DECRETO MUNICIPAL 4.510/2006 C/C ART. 71 DA LEI MUNICIPAL 5.806/2014. DIREITO TRIBUTÁRIO. MULTA PUNITIVA DE 40% SOBRE O VALOR TOTAL DO IMPOSTO DEVIDO. AUSÊNCIA DO EFEITO CONFISCATÓRIO. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS OBSERVADOS. INADMISSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PENALIDADE EM RAZÃO DE CONDIÇÕES NÃO PREVISTAS EM LEI. JURISPRUDÊNCIA. RESTABELECIMENTO INTEGRAL DO AUTO DE INFRAÇÃO OBJURGADO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO EM SUA INTEGRALIDADE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **sessão plenária**, sob a Presidência do Senhor Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e prover** o Pedido de Reconsideração do representante fiscal do município nos termos do voto do Conselheiro Relator, **reformular o Acórdão nº 0114/2017** da 2ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 7. Reginaldo Conceição de Amorim; 8. Roberto Minoru Ossotani; 09. Divalmo Pereira Mendonça; 10. João Tito S. Cademartori Neto e 11. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento os Representantes Fiscais do Município, Drª Thamiris de Oliveira Moraes e Dr. Ricardo Alves dos Santos Júnior.

Cuiabá, 30 de agosto de 2.018

Samuel Barrem da Silva

Conselheiro Relator

Thamiris de Oliveira Moraes e Ricardo Alves dos Santos Júnior

Representantes Fiscais do Município de Cuiabá

Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presidente

Conselho de Recursos Fiscais